

São Paulo escapa de intervenção

Governo paulista reclama na Justiça que o número de credores é exagerado e só reconhece estar devendo \$ 5 bilhões

O Estado de São Paulo está temporariamente livre da ameaça de intervenção federal por conta da dívida de R\$ 9 bilhões acumulada nos últimos dez anos com o não-pagamento de condenações judiciais. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Sepúlveda Pertence, anunciou ontem que só vai colocar em pauta o primeiro pedido de intervenção contra o estado depois do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) movida pelo governo paulista contra a forma de correção da dívida adotada pelo Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo.

O governo paulista alega que o TJ adotou mecanismos de correção ilegais para atualizar o valor das sentenças, inclusive índices rejeitados pelo STF, como os expurgos promovidos por planos econômicos. Do total reclamado pelos credores, o governo só reconhece R\$ 5 bilhões e se nega a pagar os R\$ 4 bilhões que estão *sub judice*. Como se trata de sentença em último grau de recurso, os credores moveram pedidos de intervenção no STF que somavam ontem 247. O primeiro deles, do servidor público Francisco Capuano, já está pronto para julgamento, com parecer favorável do Ministério Público Federal.

A Adin do governo paulista, segundo Pertence, é uma preliminar fundamental para que o processo de intervenção tenha seqüência. Seu julgamento, porém, está prejudicado porque o STF aguarda parecer da Procuradoria-Geral da República desde novembro de 1995. "Me pareceu adequado aguardar o parecer do Ministério Público e sustar qualquer decisão sobre pe-

didados de intervenção em São Paulo até que haja uma definição final sobre a Adin", disse Pertence. O ministro cobrou agilidade do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, e recebeu dele a garantia de que está dando prioridade ao caso.

PARECER

A assessoria de Brindeiro informou à imprensa que nos próximos dias o Ministério Público dará seu parecer. Caso o STF julgue legítima a reclamação do governo paulista, a ameaça contra São Paulo estará definitivamente afastada porque todos os pedidos de intervenção têm origem nos R\$ 4 bilhões que estão *sub judice*. "Com a decisão da Adin, os aspectos relevantes do problema da intervenção em São Paulo estarão resolvidos", assegurou Pertence.

Tão logo o parecer do Ministério Público chegue ao STF, o processo retornará ao relator, ministro Marco Aurélio Farias de Mello, que hoje também prometeu agilizar a sua parte. As dívidas judiciais, chamadas de precatórios, reclamadas contra o governo paulista vêm sendo acumuladas desde a gestão de Orestes Quêrcia e se avolumaram durante o mandato de Luiz Antonio Fleury Filho, o primeiro a contestar a forma de correção monetária adotada pelo TJ.

Quanto aos R\$ 5 bilhões reconhecidos como legítimos, o governo adotou um calendário de desembolsos baseado no Artigo 100 da Constituição, que vincula o fluxo de pagamentos à receita estadual, estabelece os critérios e prioriza os chamados débitos de natureza alimentar.

Suruagy quer aval de FHC

O governador de Alagoas, Divaldo Suruagy (PMDB), pediu ontem a ajuda do presidente Fernando Henrique para mudar o perfil da dívida do estado e evitar a intervenção federal. "Ninguém ganha com a intervenção, a não ser o Judiciário", disse. "Não estou pedindo nenhuma generosidade, apenas propondo uma operação para que o estado possa sair do sufoco."

Suruagy quer que o presidente dê o aval para um empréstimo de R\$ 100 a 150 milhões que permitirá saldar as dívidas com o pagamento e precatórios, com bancos estaduais (antecipações de receita) e bancos privados. "Com isso, deixaremos de pagar juros de 8% ao mês para pagar juros de 10% ao ano", afirmou. "Se eu estou podendo pagar 8% ao mês, poderei pagar, em três anos, este empréstimo." O presidente vai levar a proposta à equipe econômica e Su-

ruagy aguarda uma decisão no início da próxima semana.

Alagoas arrecada hoje entre R\$ 55 milhões e R\$ 60 milhões, gasta com o pagamento dos 71 mil funcionários públicos R\$ 52 milhões e tem um déficit mensal de R\$ 15 milhões. Só de precatórios está devendo R\$ 49 milhões e é em função dessas dívidas que poderá ocorrer intervenção no Estado. "Alagoas é apenas a ponta de um iceberg. Todos os Estados têm problemas com precatórios e com a rolagem das dívidas", avaliou.

Suruagy garantiu que já tomou todas as medidas de contenção de gastos no estado, mas está disposto a submeter a administração a uma consultoria indicada pelo Ministério da Fazenda. "O que a consultoria determinar, nós faremos", disse. O governado declarou ontem que "enquanto enxergar uma saída" para o problema de Alagoas continuará no governo.